

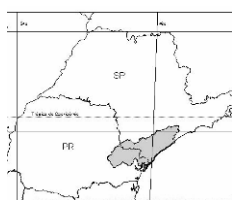
LINGUAGENS
revista eletrônica
artigo publicado em junho/2006

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA

Juliana Moreno

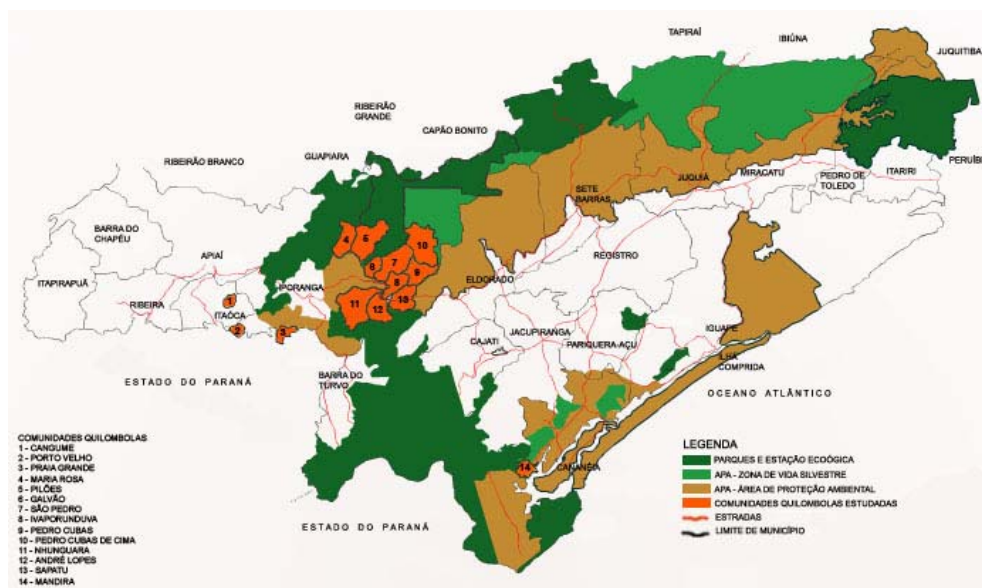
Pesquisa desenvolvida no Laboratório Gestão e Projeto do Espaço (FAU.USP), 2005 e pesquisa para obtenção do título de mestre no Programa de Ciência Ambiental da USP, em curso a partir de 2006, ambas sob orientação do Prof. Dr. Euler Sandeville

De acordo com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), existem, no Estado de São Paulo, 44 comunidades remanescentes de quilombos.



Mapa 1 –
Localização da
região do Vale
no rio Ribeira

Fonte: ISA



Mapa 2 – Das 27 comunidades quilombolas existentes no Vale do Ribeira, 14 já foram reconhecidas conforme localização no mapa acima

Fonte: ITESP

Desse total, 27 situam-se no Vale do Ribeira, região ao sul do Estado de São Paulo, que abriga a maior e mais bem conservada área de Mata Atlântica do Brasil e as principais unidades de conservação de proteção integral do território paulista.

A origem das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira remonta a dois períodos econômicos muito importantes para a região e o país: o ciclo minerador e o rizicultor, respectivamente nos séculos XVII e XIX. No primeiro, os negros foram trazidos como

escravos para trabalhar na atividade mineradora. No segundo, a mão-de-obra negra foi utilizada nas grandes fazendas de arroz, que escoavam sua produção pelo rio Ribeira até o Porto de Iguape, de onde grande parte seguia para exportação.

O declínio da atividade rizicultora ocorreu devido aos impactos ambientais de uma grande obra, executada sem nenhum planejamento: o canal do Valo Grande, inaugurado no ano de 1855, foi construído para encurtar a distância percorrida pelas canoas até o Porto de Iguape. Com o passar dos anos, a força da correnteza erodiu suas margens e ampliou a largura de quatro para cerca de 200 metros.

Os sedimentos resultantes desse processo assorearam o porto, impossibilitando a entrada dos navios e o escoamento da produção de arroz. Em consequência, houve redução da atividade rizicultora; abandono de fazendas e permanência dos negros na região, agrupados em quilombos¹.

Nessa época, as primeiras comunidades quilombolas já haviam sido formadas a partir da queda da atividade mineradora na região. O ouro, até então explorado em Eldorado Paulista, passou a ser extraído em Minas Gerais e grande parte da mão-de-obra escrava negra foi deixada no Vale do Ribeira, pois na nova área de lavra havia escravos em abundância.

As comunidades quilombolas estabeleceram-se no interior da Mata Atlântica, em locais próximos às margens do Rio Ribeira, na zona rural dos municípios de Iporanga e Eldorado Paulista. Dedicaram-se principalmente à produção de arroz e de aguardente artesanal que eram comercializados, de importância no contexto da economia regional.

O território sempre foi utilizado de forma comunal, sem propriedades particulares dentro das comunidades. A ocupação residencial ocorria em núcleos familiares em sítios próximos às áreas de plantio e normalmente numa segunda residência localizada nas “terras da santa”, ou seja, na vila, em área adjacente à igreja. Ali também onde situam-se o posto de saúde (quando há), a escola, a sede da associação e a venda. As casas eram construídas de pau-a-pique ou taipa, com cobertura de sapê, até a grande enchente de 1997, quando parte dessas casas, foi levada pelas águas. A partir de então passaram a ser construídas com blocos de concreto e telhas de fibrocimento.

¹ O termo “quilombo” foi definido pelo Conselho Ultramarino, em 1740, como “toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.¹ Após a realização de pesquisas recentes, essa definição foi considerada ultrapassada. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) considera como remanescente de quilombo “toda comunidade rural negra que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.



Figura 1 (esquerda) – Vista da vila da comunidade de Ivaporunduva – igreja e rio Ribeira.

Figura 2 (acima) – Casa da farinha e residência na comunidade São Pedro.

A agricultura era tradicionalmente praticada em regime de coivara². A roça era aberta antes da temporada de chuva, em local de mata densa, num trecho delimitado medindo entre um e seis hectares. A vegetação rasteira era derrubada e, posteriormente, empilhada em locais estratégicos do terreno, onde permanecia até que secasse e pudesse ser queimada. Algumas semanas depois, as árvores maiores eram derrubadas e o plantio feito após a queimada das leiras de vegetação derrubada. Plantava-se o arroz, depois o feijão e, após a colhê-los, cultivava-se o milho. Então, soltavam-se os porcos na área. Eles engordavam comendo o milho e eram recolhidos para o abate. Antes de abandonar a roça para um descanso de três a 12 anos, plantavam-se cana-de-açúcar e abacaxi, que cresciam com a mata em regeneração.

Com a construção da estrada que liga Eldorado a Iporanga na década de 50, a economia tradicional foi substancialmente afetada, tendo sido rompido seu relativo isolamento. Devido ao fácil acesso de caminhões, iniciou-se a exploração predatória do palmito, extraído da palmeira *Euterpe edulis*. O comércio de aguardente artesanal produzida pelas comunidades foi amplamente afetado devido à facilidade no transporte da aguardente industrializada de Iporanga.

² Técnica de plantio indígena adotada pela maioria das comunidades caipiras. Cândido, 2001 e Arruda, 2003.



Figura 3 (esquerda) – Palmeira *Euterpe edulis*.

Figura 4 (acima) – Apreensão de palmito in natura no Vale do Ribeira – Equipe de Fiscalização do Parque Estadual Intervales, 2003.

A extração de palmito surgiu como alternativa de geração de renda para os membros das comunidade. A atividade, além de proibida por lei, é perigosa árdua e mal remunerada, pois exige que os “palmiteiros” se embrenhem no mato, por até uma semana, para fugir da fiscalização da Polícia Ambiental. Para a obtenção do palmito, é necessário derrubar a palmeira da qual apenas o topo é aproveitado. Depois de coletado e trazido para a comunidade, o produto é comercializado para os “atravessadores” por valor muito baixo.

A partir da década de 60 foram implantadas unidades de conservação no entorno – e muitas vezes na área – das comunidades. Com isso houve o aumento do rigor na fiscalização pela polícia florestal, que proíbe a derrubada de capoeiras com mais de 1,50 metro de altura. Essa restrição impossibilita o pousio³ das áreas necessário após a colheita, além de torná-las cada vez mais improdutivas e incompatíveis com o manejo tradicional.

Atualmente, a banana é comercializada em pequena escala devido às dificuldades com o transporte. Alguns membros das comunidades realizam atividades remuneradas em fazendas da região, pois precisam de dinheiro para obter produtos que não são encontrados em suas propriedades tais como remédios, roupas, sal, querosene, açúcar, óleo e transporte.

Além dessas dificuldades, as comunidades enfrentam uma ameaça ainda maior: a construção de represas no Rio Ribeira, que nasce no Estado do Paraná, faz divisa com o Estado de São Paulo em um de seus trechos e deságua em Iguape. A bacia do Ribeira, cujo curso de 520 quilômetros abrange 23 municípios paulistas e cinco paranaenses, tem largura variável de 100 a 200 metros, estreitando-se em gargantas de 40 a 50 metros.

De acordo com os dados do Instituto Socioambiental (ISA), essas barragens inundariam cerca de 60% do território de inúmeras comunidades negras da região e algumas, como Ivaporunduva e Galvão, ficariam totalmente submersas.

³ Período de descanso do solo.

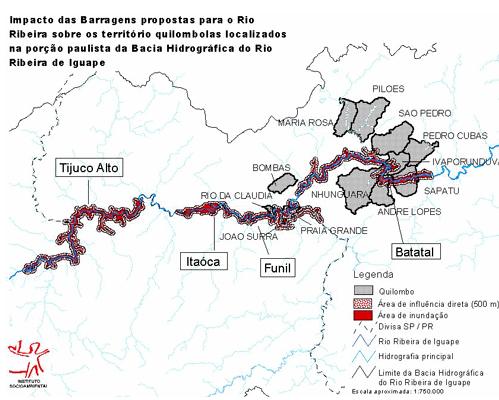
A implantação das barragens resultaria em grandes impactos ambientais e interferiria nas relações sociais tradicionais existentes entre as comunidades remanescentes de quilombo da região, com conseqüente perda de identidade e territorialidade.

Está prevista a criação de quatro barragens na bacia do rio Ribeira: Tijuco Alto, Funil, Itaóca e Batatal. Se fossem construídas ocupariam uma área aproximada de 11 mil hectares. A primeira hidroelétrica, cuja construção está prevista pelo estudo de inventário hidroelétrico da Bacia do Rio Ribeira do Iguape, é a de Tijuco Alto. Se construída, toda a energia gerada seria destinada exclusivamente à Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), localizada no município de Alumínio, no Estado de São Paulo, a 250 km do local da barragem.



Mapa 3 – Bacia hidrográfica do rio Ribeira.

Fonte: ISA



Mapa 4 – Localização das barragens previstas e comunidades atingidas diretamente.

Fonte: ISA

Para evitar que isso aconteça, os quilombolas integraram-se ao MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens. O MOAB foi criado no Vale do Ribeira em 1991 pela população ameaçada, para organizar resistência contra a construção das barragens. Esse movimento faz parte do MAB – Movimento dos Atingidos por barragens – organização nacional presente em 19 Estados a qual e luta por alternativas para geração e distribuição de energia, além de apoiar as populações atingidas pela construção de usinas hidrelétricas.

O processo de implantação das barragens iniciou-se em 1988 quando a CBA solicitou concessão para explorar os recursos energéticos do rio Ribeira com a construção da UHE (Usina Hidrelétrica) Tijuco Alto. Em 1989, a CBA obteve dos governos estaduais do Paraná e de São Paulo licença para esse fim.

A partir de 1990, entidades ambientalistas solicitaram a aprovação do IBAMA para a construção do empreendimento já que o rio Ribeira é interestadual. Em 1994, o Ministério Público Federal abriu uma ação pública pedindo a declaração de nulidade dos pedidos estaduais; em 1999, julgada procedente, responsabilizou o IBAMA para licenciar o empreendimento.

No dia 25 de setembro de 2003, a Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA indeferiu o pedido alegando superficialidade nos estudos de fauna, flora e

contaminação de água, além da falta de uma avaliação integrada dos dados.

Atualmente a CBA realiza novos estudos para a implantação da UHE Tijuco Alto. Dessa forma, as comunidades e a floresta ainda continuam sob ameaça da construção do empreendimento.

Considerando:

1. o patrimônio cultural, social e ambiental que o Vale do Ribeira representa;
2. a dívida da sociedade brasileira com as populações negras, trazidas de sua nação para uma realidade cruel por uma sociedade escravocrata;
3. as populações negras tiveram que construir sua identidade e sua territorialidade;
4. as populações negras colaboraram no desenvolvimento do nosso país
5. essas populações ainda sofrem conseqüências do tempo da escravidão,

Como pode ser avaliada a construção de um empreendimento para geração de energia no contexto apresentado?

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Cleyde Rodrigues. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 1998.

_____. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Maria Rosa, no Vale do Ribeira – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 1998.

_____. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Pedro Cubas, no Vale do Ribeira – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 1998.

_____. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Pilões, no Vale do Ribeira – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 1998.

_____. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de São Pedro, no Vale do Ribeira – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 1998.

ANDRADE, Tânia. **Quilombos em São Paulo. Tradições, direitos e lutas**. São Paulo, IMESP, 1997.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Pedro Cubas de Cima. Município de Eldorado – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1995.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **Relatório técnico-científico sobre a comunidade de André Lopes, localizada no município de Eldorado no Vale do Ribeira – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 2000.

_____. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Galvão, localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 2000.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de & SCHIMITT, Alessandra. **Relatório técnico-científico sobre a comunidade de quilombo de Nhunguara, localizada nos municípios de Eldorado e Iporanga/SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Série Educação Ambiental. Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira**. São Paulo: (Secretaria do Meio Ambiente), 1992.

MIRALES, Rosana. **A identidade quilombola das comunidades de Pedro Cubas e Ivaporunduva**. Dissertação de Mestrado: Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.). **Vale do Ribeira. Pesquisas Sociológicas**. São Paulo: Serviço do Vale do Ribeira, 1969.

QUEIROZ, Renato da Silva. **“Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, 1983.

STUCCHI, Deborah (coord.). **Laudo antropológico. Comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões**. São Paulo: Ministério Público Federal, 1998, *apud*: CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **Relatório técnico-científico sobre a comunidade de André Lopes, localizada no município de Eldorado no Vale do Ribeira – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 2000.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Sapatu/Eldorado – SP**. São Paulo: ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”), 2000.

Sites consultados

www.cpsp.org.br – Comissão Pró-Índio de São Paulo – ONG (Organização não-governamental) que trabalha junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos.

www.isa.org.br - Instituto Sociambiental – ONG (Organização não-governamental) que atua na região do Vale do Ribeira.

Nota dos Editores

Os artigos publicados em LINGUAGENS não refletem opinião ou concordância da equipe editorial da revista, sendo o conteúdo e a veracidade dos artigos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros.

Os autores ao submeterem os artigos a LINGUAGENS consentem no direito de uso e publicação dos mesmos por meios eletrônicos e outros (eventualmente em parcerias com terceiros), com finalidades acadêmicas, culturais e artísticas, de debate e divulgação de informação. Ou seja, os artigos publicados passam a fazer parte do acervo de LINGUAGENS.